

Sumário

A palavra do Director da ESSOR	2
Introdução	3
A experiência da ESSOR – 15 anos de práticas em dois continentes	5
Mercado – Formação e Inserção Profissional dos jovens – Políticas Públicas	6
O que motiva as principais instituições envolvidas na FIP	8
O Brasil, o Moçambique, o Chade : desafios políticos nacionais em torno da Formação e a Inserção Profissional de jovens desfavorecidos	10
As Empresas – a Formação Profissional – a Inserção dos jovens	16
A perícia da ESSOR: o Brasil	18
A perícia da ESSOR: o Moçambique	22
A perícia da ESSOR: o Chade	26
Uma abordagem e ferramentas comprovadas, fruto de 15 anos de experiência	27
Ensinos e boas práticas a reter	28
O posicionamento e a contribuição da ESSOR sobre a temática da FIP	30
O que a experiência induziu como mudanças dentro da ONG ESSOR	32
Algumas palavras para concluir	37
Anexo : As intuições internacionais e as estratégias que desenvolvem	40

A palavra do Director da ESSOR



Jean Philippe Delgrange
Director da ESSOR

Para a ESSOR, a implementação de acções de Formação e de Inserção Profissional (FIP) representou um longo processo de maturação. A Associação iniciou as suas intervenções em áreas urbanas através de «projectos integrados» abrangendo diferentes faixas etárias (crianças, adolescentes e adultos) e várias problemáticas: educação, saúde, inserção social dos jovens, formação profissional, organização comunitária, ...

Gradualmente, através das actividades nessas áreas, a ESSOR e os seus parceiros entenderam que a questão da criação de rendimentos acabou por ser o centro das questões de desenvolvimento e que limitar-se à formação profissional não era suficiente.

É neste contexto que paralelamente às acções de formação profissional, que progressivamente, iniciámos actividades relacionadas com a inserção de alunos e de uma forma mais global, a inserção económica das populações das zonas urbanas periféricas.

Portanto, foi muito naturalmente que um sector da FIP tomou forma na ESSOR, com um apoio significativo da AFD com quem foi elaborada uma “Convenção programa” FIP.

Esperamos que as páginas a seguir ajudem a compreender melhor a realidade deste sector da FIP nas questões de desenvolvimento, a conhecer as experiências da ESSOR bem como as dos seus parceiros (ADEIS, AMAZONA, AMDEC, AMPARO, ASDP, CEMAR, GACC, GACC-MA, UPA) e o que se pode daqui retirar como bons ensinamentos e boas práticas(*).

(* Para além disso e na perspectiva de participar na divulgação de boas práticas, a ESSOR desejou ser sócio da rede “Práticas» (<http://www.interaide.org/pratique/>) contribuindo assim à produção cada ano de várias fichas ou documentos

Introdução



O planeta tem hoje 1,2 mil milhões de jovens com idades entre 15 a 24 anos, seja 18% da população mundial. Cerca de 87% desses jovens vivem em países em desenvolvimento. O desemprego atinge directamente esses jovens. 43,7% dos desempregados no nosso mundo são jovens e representam apenas 25% da população activa. Mais de um terço dos jovens do mundo está à procura de um emprego sem ser capaz de o encontrar, ou deixou completamente de procurar, ou então trabalha sem conseguir ultrapassar a linha de pobreza de \$ 2 por dia

Para fugir a pobreza, muitos jovens estão procurando melhores perspectivas para o futuro através da migração. A migração para áreas urbanas é inevitável, às vezes desejável para melhorar a distribuição dos recursos humanos, especialmente em países onde a terra é escassa. O público dos jovens é mais virado ao êxodo rural ou a migração para outras áreas urbanas do que os mais velhos. Mas essa migração tem impactos significativos. Cria cada vez mais tensões sobre o emprego nessas zonas, e não melhora necessariamente as condições de trabalho daqueles que permanecem nas zonas rurais. A situação afecta o fornecimento de bens públicos, educação, serviços públicos, alojamentos e infra-estruturas. Altera a composição demográfica, a repartição de competências.

Em muitos países em desenvolvimento uma grande parte das dificuldades relacionadas com o emprego dos jovens pode ser explicada pela dinâmica do mercado de trabalho e pelas suas oportunidades. A maior ou menor facilidade com que os jovens encontram emprego e a eficácia das suas pesquisas também dependem do nível de organização do mercado de trabalho para os integrar e dos seus próprios níveis de preparação para se-inserirem.

Todos os países, independentemente das suas condições de desenvolvimento, hoje estão confrontados com o desafio do emprego dos jovens, ainda que a natureza e a importância do problema varie de um contexto para outro. Em países menos desenvolvidos, apesar da situação demográfica e dos altos índices de reprodução, jovens que chegam ao mercado de trabalho estão limitados por vários factores incluindo a falta de experiência, a falta de acesso à educação e formação, a falta de organização e de representação, o que impede que suas necessidades sejam tomadas em conta nos programas de acção e nas políticas públicas.

A energia, as competências e aspirações dos jovens são bens valiosos, que nenhum país pode dar-se ao luxo de desperdiçar.

Ajudar os jovens a atingirem o seu pleno potencial e abrir o acesso ao emprego é uma condição para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para a obtenção de uma paz duradoura.

Tendo sido amplamente esquecidos no passado pelas estratégias nacionais de desenvolvimento, o emprego dos jovens tem um lugar cada vez mais importante nos programas de desenvolvimento.

.....

Todos os analistas das grandes instituições internacionais mas também nacionais concordam em reconhecer a riqueza que a juventude de um país representa e salientam o facto de que é essencial fornecer aos jovens um trabalho decente para combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável. Shantayanan Devarajan Economista do Banco Mundial diz que:

“ Um dos problemas que os governantes tinham e que ainda têm até agora têm actuado sem conhecer as opções disponíveis, sem saber o que funciona em determinadas situações, o que já foi testado e o que não funcionou.”

Desde há mais de 15 anos, uma ONG francesa, a ESSOR, com sede em Lille, investe fortemente na concepção, implementação e desenvolvimento de uma abordagem, método e ferramentas para permitir a jovens em dificuldades nos bairros desfavorecidos dos grandes centros urbanos do Sul, de se formarem e inserirem profissionalmente no mercado de trabalho, formal e informal, mas também contribuir como cidadãos para o desenvolvimento económico, social e político do espaço em que vivem.

Esta publicação surge num momento chave da ESSOR, especialmente depois de 15 anos de intervenções dedicadas a acção e que tem vista nos últimos anos um aumento significativo e uma diversificação dos projectos implementados. Era essencial para esta associação fazer um balanço sobre o que ao longo dos anos se tornou um vasto programa. Apresentar e divulgar amplamente sua experiência, sua contribuição (do local até ao nacional) bem como a participação e o apoio que prestaram os parceiros técnicos e financeiros.

O presente documento é organizado em três partes :



▲ O ambiente

O mercado - a FIP - as políticas públicas: uma equação bastante complexa
A visão e o posicionamento de grandes instituições internacionais
As políticas públicas nos países de intervenção da ESSOR
A visão de empresas e fundações



▲ A perícia da ESSOR

Apresentações e análises de 15 anos de experiência de ESSOR na área da FIP, baseadas nos percursos e nos saberes adquiridos no Brasil, no Chade e Moçambique



▲ O que tirar ? O que fazer e como ?

Ensinamentos, boas práticas a considerar, mas também, hoje, o posicionando e a contribuição da ESSOR nos debates públicos. Finalmente, o que perspectivar e como melhorar e perpetuar a abordagem.

A experiência da ESSOR - 15 anos de prática em dois continentes

Em 1992, de regresso de uma missão no Brasil com a Inter Aide uma ONG francesa, alguns profissionais do desenvolvimento criaram a associação ESSOR que continua hoje a sua acção neste país, apoiando a criação ou o reforço das associações brasileiras. Reconhecido por seu trabalho, a ESSOR iniciou acções em Moçambique em 1997, em Cabo Verde em 2006 e seguidamente, na Guiné-Bissau e no Chade.

ESSOR tem como objectivo ajudar as populações mais pobres adquirir os meios de melhorar duravelmente suas condições de vida. Seu apoio é baseado na concepção e implementação de acções concretas, facilitando a apropriação dos processos de desenvolvimento local. Essas acções promovem a cidadania e a justiça social nos países em causa. A ESSOR responde aos pedidos de populações locais. Procura alcançar os mais pobres das populações urbanas e rurais. Privilegia a procura ou a constituição de parcerias associativas locais, pontos de apoio do programa e intermediários subsequentes. A ESSOR conduz actualmente uma dúzia de projectos em parceria com associações locais.

O problema do desemprego, dos jovens em particular, tornou-se um dos principais desafios para muitos países, nomeadamente em áreas urbanas e representa como tal uma ameaça para a estabilidade social do país.

ESSOR intervém nas zonas onde há um índice elevado de pobreza e desemprego com:

- ▶ Um baixo índice de população economicamente activa;
- ▶ Uma população jovem com baixo nível de educação e qualificação profissional;
- ▶ Um desequilíbrio entre a oferta e a procura de emprego;
- ▶ Um mercado informal muito significativo.

Nota-se que em muitos países existe um baixo nível de colaboração entre os diferentes actores envolvidos no processo de formação profissional e o acesso ao emprego: população oriunda das áreas de baixa rendimentos, organizações comunitárias, ONGs, agências governamentais, empresas, autoridades públicas.

Os objectivos de acção da ESSOR nesta área são:

- ▶ Melhorar o acesso a formação profissional e aos estágios para jovens;
- ▶ Contribuir para a inserção dos jovens através de um emprego decente ou por conta própria;
- ▶ Reforçar as capacidades de diálogo dos actores relacionados com a temática do emprego, afim de facilitar a definição de políticas de ajuda à inserção socioeconómica que integram uma forte dimensão de parceria entre actores do sector público e actores privados.

Um dos programas de intervenção da ESSOR é a Formação e a Inserção Profissional. Realiza com suas ONG parceiras, acções destinadas a melhorar os rendimentos das famílias que vivem nas zonas periféricas desfavorecidas. Cursos de formação profissional e apoios para a inserção no mercado de trabalho estão propostos através de um serviço chamado BFE «Balcão para Formação e Emprego».

Mercado - Formação e Inserção Profissional dos jovens - Políticas Públicas

“O argumento de que a equidade social seria obtida à custa de um crescimento económico inferior é frequentemente avançado, destacando uma suposta correlação negativa entre estes dois objectivos. A crise que rebentou em 2008 - foi precedida por um aumento da desigualdade social - tem mostrado que isso simplesmente não era o caso. Na verdade, se elas forem cuidadosamente desenvolvidas, as políticas de equidade podem também promover a prosperidade e reduzir o risco de crises futuras.”¹

Políticas de emprego eficaz

As políticas têm uma função essencial de regulação, articulação, ajustamento dentro dos parâmetros da equação. As mais eficazes para reduzir o desemprego e a inactividade são aquelas que se destinam a impedir a persistência das tendências. Mais fundamentalmente, o sucesso de uma intervenção das autoridades públicas implica acima de tudo que seja bem concebida, seja ao fazer mudanças sucessivas num programa existente ou ao implantar uma nova iniciativa. No entanto mesmo se alguns países são afectados pela crise da mesma forma, respostas políticas similares muitas vezes dão resultados diferentes.



Por exemplo:

● Agir para a preservação do emprego

Na Alemanha a redução do tempo de trabalho revelou-se uma medida eficaz em tempos de crise para limitar o número de despedimentos. A estabilidade do emprego foi assegurada pelos ajustes de tempo de trabalho, facilitados por um diálogo social eficaz e a adopção de medidas destinadas a apoiar a viabilidade das empresas. Foi essencial nos países que tiveram de enfrentar uma diminuição da procura externa. No Brasil, o Governo apoiou as explorações rurais. Também reduziu o imposto sobre a produção industrial, uma medida que permitiu salvaguardar 60 000 postos de trabalho.

● Investir na formação, parar a erosão de competências, responder à solicitação de qualificações

É comum que a procura de competências varie durante os períodos de adaptação, uma situação agravada pela perda de competências dos desempregados desfavorecidos. Esforços são indispensáveis para facilitar o oferta e aumentar a eficácia dos programas de formação, aproveitando melhor as parcerias público-privadas para limitar a inadequação das competências. Os regressos à formação muitas vezes dão resultados positivos e podem até ser muito bem sucedidas se eles forem devidamente direccionados. É claro que os programas de formação são mais eficazes se eles contiverem elementos de reconhecimento e aquisição de títulos/diplomas. São factores importantes especialmente para os jovens.

À Raymond Torres – Dir. do Instituto Internacional de Estudos Sociais in « Pour une reprise durable : des exemples de pays qui innovent »

- **O serviço público de emprego ao serviço do público – os rácios pessoal/clientes e eficiência da oferta de serviço**

As disposições relativas à formação e os programas activos no mercado de trabalho em geral (por exemplo, a assistência e subsídios para o emprego) têm mais hipóteses de sucesso se forem geridos através de um serviço público de emprego dotado com os recursos necessários. Durante a crise, a Alemanha tem recrutado pessoal adicional para aumentar a eficácia da prestação de serviços junto dos desempregados, com um foco especial sobre os jovens. O rácio pessoal/clientes para os destinatários dos subsídios de desemprego mais desfavorecidos (incluindo jovens) era de 1 para 75 (contra 1 para 150 para os outros).

- **Destacar desvantagens em vez de grupos - o caso dos jovens**

Os meios de acção ganham em eficiência quando apontam uma determinada desvantagem em vez de todo um grupo. Isto é particularmente verdade para os jovens porque são frequentemente as pessoas jovens mais qualificadas que beneficiam de programas de aprendizagem e das ofertas de formação. Alguns países como o Reino Unido lançaram programas específicos para reintegrar os jovens desempregados de longa duração e os jovens inactivos no mercado de trabalho.

- **O papel complementar e importante dos mercados de produtos e da boa governança**

Les politiques appliquées sur le plan social et dans le monde du travail ne peuvent être efficaces sans que les marchés de produits fonctionnent bien. En particulier, des marchés de produits ouverts et transparents - avec une bonne structure de gouvernance et libres de corruption - sont d'une importance vitale pour l'investissement et ont un impact positif sur l'emploi et les salaires.



O que motiva as principais instituições envolvidas na FIP

A análise das políticas e estratégias desenvolvidas pelas principais instituições que trabalham sobre o tema da Formação e Inserção Profissional¹ (dois doadores internacionais que são a União Europeia (UE) e o Banco Mundial (BM), duas entidades de cooperação bilateral a AFD e o GIZ (Cooperação Alemanha) e uma instituição das Nações Unidas permite destacar um ponto comum que é o reconhecimento e a adesão aos princípios definidos no âmbito dos objectivos do Milénio que tem por finalidade reduzir à metade a pobreza no mundo até 2015.

No entanto esta adesão aos grandes princípios e objectivos a atingir traduz-se e realiza-se de formas muito diferentes no que toca a formação profissional e a inserção de actores formados (ver anexos), mesmo se todos defendem (com mais ou menos força) uma estratégia global que aponta em cinco objectivos que são:

- ▶ melhor orientação do financiamento da formação profissional (quando existe) para aqueles que mais necessitam, ou seja, os desempregados, os empregados, as pessoas pouco qualificadas e os pobres;
- ▶ desenvolver a formação em pequenas e médias empresas;
- ▶ **Inserir os jovens no mercado de trabalho particularmente através dos contratos de alternância**
- ▶ melhorar a transparência, os financiamentos e melhor avaliar melhor as políticas de formação profissional ;
- ▶ melhor informar, orientar e acompanhar melhor empregados, desempregados e criadores de empresas.

Estes objectivos são mais ou menos apoiados consoante os doadores, o tipo de financiamento implementado para o financiamento da FIP e a negociação a realizar com os países a quem solicitar o apoio. Certos países vão mais desenvolver uma estratégia mais virada para a educação de massa na base, outros vão investir melhor no ensino superior ou na formação técnica e profissional (curto ou longo prazo).

Estas orientações estão muito relacionadas com o nível de desenvolvimento económico do país e de facto vão-se encontrar uma grande variedade de situações:

- ▶ O Brasil usa o apoio internacional para desenvolver a oferta de formação de nível superior. Ao mesmo tempo é capaz de financiar a educação básica e a formação profissional;
- ▶ O Moçambique e o Chade são países que querem prioritariamente reestruturar e relançar seus sistemas de ensino mas também estão muito conscientes da necessidade de formação do pessoal (a curta e médio prazo) que deverão ser capazes de responder à procura e contribuir para o desenvolvimento das empresas (formais e informais).

¹Uma síntese das estratégias desenvolvidas pela UE, BM, AFD, GIZ e OIT na área da FIP é apresentada no Anexo

No entanto no meio desta diversidade, verifica-se que os doadores que acompanham a FIP com uma política muito definida e uma estratégia bem clara são frequentemente as agências de cooperação e/ou de financiamento bilateral que investem nos países em desenvolvimento com apoios em programas e projectos para reforçar a formação profissional (longa ou curta), em contacto directo com as necessidades das empresas e as economias locais, perspectivando a inclusão dos pobres no desenvolvimento da sua sociedade.

É pena que as grandes instituições como a UE ou o BM, que poderiam ter um impacto significativo sobre este tema do papel da formação e da inserção profissional no desenvolvimento, tenham dificuldades em investir concretamente neste campo de formação. Têm todas as ferramentas à sua disposição e seriam capazes, a curto prazo, de iniciar dinâmicas com forte impacto sobre a redução da pobreza e inserção dos mais desfavorecidos.



O Brasil, o Moçambique, o Chade: desafios políticos nacionais em torno da Formação e a Inserção Profissional de jovens desfavorecidos



A formação profissional no Brasil (Estado Federal, 6ª economia do mundo, 200 milhões de Hab) é por vezes descrita como a emergência de uma ideologia que procede de instituições multilaterais com o objectivo de ajustar o perfil do trabalhador aos «tempos modernos» do capitalismo flexível. É neste contexto que as políticas nacionais sobre a formação profissional muitas vezes aparecem, revelando características de classes, bem como as do Estado hegemónico. São assim apresentadas por muitos autores.

A política nacional de formação profissional actual representada pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional (PQN) apareceu em 2003. Trata-se de um programa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo Lula, cujo objectivo principal consiste em qualificar os trabalhadores, para completar a sua educação e promover sua inclusão social (MTE, 2005).

É definido como uma política pública de qualificação social e profissional integrando seis dimensões: política, ética, conceitual, institucional, educacional e operacional (MTE, 2003). Este programa tem como orientação: o desenvolvimento político-conceitual, a articulação institucional, a eficácia social e política, e a qualidade pedagógica.

A operacionalização deste plano faz-se de forma articulada a nível nacional através de directrizes e de procedimentos institucionais comuns as entidades envolvidas.

No entanto a sua implementação funciona de forma descentralizada através de dois programas distintos e complementares: os Planos Territoriais de Qualificação (PlanteQ) e os Projectos Especiais de Qualificações (ProEsQs). A coordenação geral é assegurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com as Secretarias de Estado. Essas Secretarias são responsáveis pela elaboração dos PlanteQ e pela selecção e contratualização das agências de execução.

Um elemento importante da gestão entre o nível federal, o Estado e o município é que as políticas definidas e os recursos atribuídos (que são consideráveis) são geridos por funcionários dos Estados que são nomeados, ou contratados. Estes actores estão extremamente ligados ao poder político eleito por 4 anos. Isso induz muitas incoerências e até certo ponto uma vontade de não controle -social destas políticas públicas por comissões tripartidas e paritárias que existem ao nível dos Estados e dos Municípios e que deveriam orientar as acções de formação bem como garantir a adequação entre o uso dos recursos e as necessidades. O resultado é que o impacto social do sistema é muito baixo em termos de inserção profissional.

A formação é concebida como: [...] um factor de inclusão social, de desenvolvimento económico, gerando empregos e contribuindo a redistribuição de rendimentos, deve ser orientada por uma concepção da qualificação no sentido de uma construção social, afim de estabelecer um contraponto para aqueles que consideram o processo de aquisição de conhecimentos como estritamente individual [...] (MTE, 2005, p23)

«O Brasil deve dar mais atenção e recursos à intermediação de mão de obra e à formação profissional, segundo análise da OIT.»

Brasil, Uma Estratégia Inovadora Alavancada pela Renda» OIT 2010

“Estimado em 1,2% do PIB, o pacote de estímulos do Brasil foi um dos mais baixos entre os países do G20. Mas, ele foi eficaz por dois motivos : porque expressou o entendimento de que a protecção e a criação de empregos são tão importantes quanto o crescimento económico, e porque as principais medidas foram alcançadas por meio do diálogo social. Ambas as lições são fundamentais em tempos de crise, bem como de recuperação económica»

Directora da OIT no Brasil Lais Abramo, 2010

“A formação profissional é um instrumento para o desenvolvimento sustentável, para a democratização de oportunidades, a produtividade e a competitividade das empresas” [...] “Também é decisiva para garantir a participação activa e consciente do trabalhador no desenvolvimento socioeconómico do Brasil.”

*disse o assessor da D. G. do SENAI, Alberto Borges de Araújo
12 de Agosto 2010, debate sobre Educação Profissional e Inovação*

«Precisaríamos multiplicar por doze, catorze vezes os recursos aplicados em cursos técnicos para formar mão de obra na velocidade que nossa economia precisa.»

Primeiro-secretário da Força Sindical, Sérgio Luiz Leite – 2011

“A qualificação profissional é o nosso desafio nesses quatro anos.”

Dilma Rousseff – Presidente do Brasil – 28/04/11





A análise do mercado de trabalho em Moçambique (121o economia do mundo, 24 milhões de Hab) é esmagadora. A População Economicamente Activa (PEA) aproxima os 6 milhões de pessoas. A PEA é composta por 52% de trabalhadores por conta própria e 33,7% de trabalhadores familiares não remunerados. Apenas 11,1% são assalariados seja 4.1% absorvida pelo governo e sector público e 6,9% no sector privado. Estima-se também que cada ano, 300.000 jovens chegam a um mercado que não é capaz de criar empregos suficientes para absorver a procura.

O nível de educação e de qualificação profissional é extremamente baixo (57% da população é analfabeta e 80% da força de trabalho não tem nenhuma formação). A oferta de formação profissional é assegurada em todo o país através de 100 centros públicos e privados. 10% deles são do sector industrial. A grande maioria dos centros promove cursos orientados para o sector terciário e os serviços.

Face a esta constatação, o governo decidiu :

- ▶ promover medidas destinadas a garantir a criação de oportunidades de empregos e de formação
- ▶ contribuir para melhorar a produtividade e a competitividade dos sectores económicos

A finalidade consiste em fazer rapidamente progredir a competitividade, que o país seja capaz de se posicionar num mercado cada dia mais global, e portanto, fazer as pessoas beneficiar dos efeitos do crescimento pressentido, a nível social, a nível do emprego e da económica.

Esta missão baseia-se numa estratégia cujo principais elementos são:

- ▶ Coordenação e implementação de uma estratégia no quadro da política económica e social, definida pelo país;
- ▶ Concentrar-se no diálogo social tripartido;
- ▶ Manter a política macroeconómica actual, investir nos recursos humanos, criar vantagens e incentivos para estimular o sector privado;
- ▶ Acções especiais nos sectores em crescimento para promover a rápida criação de postos de trabalho
- ▶ O sector privado deverá assumir a sua função de investidor para isso necessita da promoção de um clima que valorize a iniciativa e a cultura empresarial;
- ▶ Os empregadores, trabalhadores e a sociedade civil terão de assumir um papel activo na criação e manutenção de postos de trabalho, privilegiando o desenvolvimento participativo.

O objectivo definido pelo Governo é que em 10 anos, até 2015, 1 milhão adicional de pessoas tenha um emprego estável.

Para financiar este programa ambicioso (175 milhões de US \$ em 10 anos), o governo compromete-se a disponibilizar os financiamentos necessários com recursos próprios do Estado e através de um painel de parceiros que estão ou podem estar em condições de contribuir para o financiamento desta estratégia.

Uma coordenação é realizada para garantir a execução das acções de acordo com o calendário previsto, e assegurar a transparência das operações que serão implementadas com eficácia e eficiência.

“A Agenda Nacional de Luta contra a Pobreza tem a juventude no centro das suas atenções (...) Estamos empenhados na expansão do ensino técnico-profissional para que mais jovens, em particular, tenham a oportunidade de aprimorar o seu talento, de fazer maravilhas com as suas (...) de gerar empregos para outros jovens. Através de programas específicos (...) procuramos iniciar mais jovens no empreendedorismo”

*Discurso de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza,
Presidente da República de Moçambique,
na abertura da V Assembleia Geral Ordinária do Conselho Nacional da Juventude*

“Desenvolver uma abordagem do emprego como um elemento chave para o combate à pobreza absoluta, o crescimento económico e o desenvolvimento social, que deverá ser implementada de forma integrada pelo governo, os parceiros sociais e a sociedade civil, visando o desenvolvimento humano e contribuindo para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio... Alargar o alcance da formação profissional, em termos de cobertura geográfica, de especialidades oferecidas, de modalidades de formação utilizadas e de grupos alvo contemplados”

*Estratégia de emprego e formação profissional em Moçambique 2006 -2015
Aprovado pela 5ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros de 14/03/06*

«A Ministra do Trabalho, Helena Taipo, diz que “... Moçambique não pode permitir que o mercado de trabalho moçambicano continue a depender de mão-de-obra qualificada estrangeira [...] Taipo disse ser nesta perspectiva que o Governo está a envidar esforços visando a formação profissional de pessoas... “

AIM – 24.04.2012





No Chade, (152ª economia de mundo, 12 milhões de Hab) a política de emprego é definida pelo Ministério da Função Pública, do Trabalho, da promoção do Emprego. A escolha do governo na definição de uma política de emprego tinha alguns princípios director :

- ▶ Fazer do crescimento económico o motor da promoção do emprego
- ▶ Consolidar o sector privado afim de ser a principal fonte de criação de emprego;
- ▶ Abandonar a ideia do Estado principal provedor de emprego e defender o papel de promotor, acompanhador do crescimento e do desenvolvimento de postos de trabalho
- ▶ Conciliar crescimento económico e desenvolvimento dos recursos humanos no âmbito de uma estratégia de luta contra a pobreza.
- ▶ Reorganizar o ensino técnico e a formação profissional, para melhor preparar os alunos para a inserção na vida activa.

De acordo com as realidades sócio-económicas e ao ambiente nacional e internacional, a política de emprego apontou os seguintes objectivos, fazendo do crescimento económico sustentável o motor da promoção do emprego ao:

- ▶ Estimular o crescimento e o desenvolvimento económico;
- ▶ Aumentar o nível geral do emprego;
- ▶ Assegurar uma melhor adequação entre os recursos humanos e as possibilidades de desenvolvimento.

Para implementar esta política, seis estratégias tinham sido definidas e traduzidas em projectos e actividades no âmbito de um programa de acções e investimentos para o emprego. O programa estava a ser desenvolvido pelo governo com a participação de todas as partes interessadas. Estava previsto em cada 6 meses de implementação da política de emprego, uma revisão tripartida da parte do governo, dos beneficiários e de todos os parceiros.

A execução desta política foi um pouco perturbada pelos diferentes eventos que abalaram o país. No entanto, os progressos realizados e as bases desta política continuam a ser verdade.

As autoridades nacionais estão conscientes e preocupadas relativamente ao contexto que está mudando muito rapidamente e pelo fluxo cada vez mais importante de jovens que chegam ao mercado de trabalho onde as actuais capacidades de absorção são ainda muito limitadas. As autoridades trabalham então com parceiros internacionais (OIT - ILO) sobre a definição da Nova Política de Emprego (NPE), que será centrada sobre:

- ▶ a juventude do país;
- ▶ a formação profissionalizante que deve responder às exigências do mercado do trabalho;
- ▶ a promoção do sector privado e o desenvolvimento das empresas;
- ▶ a mobilização de financiamentos (públicos e privados);
- ▶ a pilotagem/controlado acompanhamento/orientação (tripartida) desta NPE.

Favorecer a autonomia pessoal, social, econômica e profissional dos jovens adultos

Três países, dois continentes, três populações, três histórias, três níveis económicos. Nada aproxima estes países a não ser as mesmas dificuldades crescentes que enfrentem e a questão recorrente: «... como inserir os pobres (e principalmente os homens e mulheres de 18 a 35 anos) no círculo virtuoso do desenvolvimento económico e social e da cidadania,...». Cada governo de facto observa o caso com cuidado e muita atenção.

A juventude permanece assim desempregadas e excluídas do sistema

Geralmente mais afectados pelo desemprego que os outros activos, os jovens são as primeiras vítimas da crise económica, cuja virulência acentua a característica alarmante da sua situação. O número de desempregados dentro dos jovens adultos de 18 a 35 anos aumentou consideravelmente na última década e observa-se uma degradação ainda mais preocupante examinando a configuração das pirâmides etárias. A violência da crise e a extensão da duração dos anos de trabalho escurecem as perspectivas e reforçam o medo da juventude relativamente ao futuro. A falta de postos de trabalho criados ou liberados faz com que o desemprego dos jovens se agrava. Também se encontram empregos com uma precariedade cada vez maior.

Integrar o processo educativo dos jovens em cada acção

Os jovens enfrentam a pobreza, enquanto são eles a alavanca do crescimento futuro e a fonte dos financiamentos quando existem sistemas sociais. Paradoxalmente, o número de sectores como agricultura, hotel-restauração ou até mesmo a construção, considerados muito penosos, mal remunerados e mal valorizados, dificilmente encontram mão de obra.

Observa-se um real paradoxo nos três países em questão, que revela uma má adequação entre a formação e o emprego. Este pode ser corrigido através de uma maior ligação entre o centro de formação/escola e a empresa. Uma melhor sinergia entre os dois permitiria mutualizar as competências directamente benéficas para a juventude. Isso revalorizaria os percursos profissionalizantes abandonados, abrindo finalmente reais carreiras e perspectivas concretas para os mais pobres.

Também é absolutamente necessário que a juventude tenha uma visão completa do seu ambiente e seu potencial no mercado de trabalho para que os trabalhos com elevado potencial de emprego e rendimento possam ser identificados por jovens como reais oportunidades e não simplesmente como sub-empregos.

Algumas bases consensuais que facilitariam a construção de verdadeiras políticas de FIP :

- Elaboração de políticas e suas aplicações em programas muito concretos em concertação com todas as partes interessadas;
- Mobilização de recursos humanos e financeiros para os três sectores Estado, actores privados e beneficiários com uma estratégia de saída gradual da contribuição do Estado;
- Implementação de órgãos representativos e paritários para adequar as necessidades, garantir a boa qualidade dos produtos finais e o uso apropriado dos recursos;
- Desenvolver processos de aprendizagem de boa governação para garantir a participação igualitária dos actores da Sociedade Civil.

s Empresas - a Formação Profissional - a Inserção dos jovens

A leitura e o estudo das estratégias implementadas ao longo da história para desenvolver a formação profissional e a inserção profissional nos mostram que elas estão intimamente ligadas às questões de financiamento. Os diferentes sistemas existentes no mundo têm todas vantagens e desvantagens. Não existe modelo perfeito e cada país tem de fazer escolhas e adaptações consoante a sua situação, para além das grandes opções político-estratégicas subjacentes a selecção daquele «modelo». Estes financiamentos são geralmente de dois tipos: «contribuições obrigatórias e/ou não obrigatórias».

A França, tem um estado forte, muito centralizado, com sistemas e ferramentas poderosas de orientação política e estratégica, mas também de controle e de repressão. Com estes meios e com as negociações sobre uma «taxa de aprendizagem» o país foi capaz de fazer adoptar uma lei e, em seguida, impor este imposto junto das empresas privadas. É necessário reconhecer que o sistema funciona bem, é eficiente, sua durabilidade é garantida desde que as empresas se desenvolvam. O sector privado empresarial, portanto, contribui directamente para a formação profissional de jovens (do pedreiro até o engenheiro). Em certa medida pode orientar o seu financiamento em função da qualidade das escolas, mas também das solicitações do mercado e, em seguida justificar e promover estes apoios junto do jovem público formado mas também junto dos clientes (marketing social).

Noutros países, especialmente aqueles com uma história mais recente no domínio da formação profissional, (sistemas muito liberais, sistemas com poucos meios, numerosos grupos empresariais privados e, frequentemente ligados a eles directamente ou indirectamente, fundações,) investem com várias razões, no domínio da formação e da inserção profissional.

O grupo brasileiro - Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) líder na produção e exportação de minério de ferro (entre outros), estabeleceu-se em 2006 em Moçambique na província de Tête no Norte do país e investiu US \$ 1,7 mil milhões para concretizar o seu projecto de produção de 11 milhões de toneladas de carvão por ano. No entanto para fazer um sucesso desta aposta audaciosa, a companhia precisava de competências humanas que para uma grande parte das vagas não existia no país. Na primeira fase o grupo recorreu às competências internacionais, mas ao mesmo tempo tinha uma estratégia para a formação de competências nacionais que, se a curto prazo tem um custo para a estrutura, a médio prazo é extremamente benéfico, porque com qualificação igual, o custo da MO local é menor do que a MO internacional. Este investimento formativo teve também um impacto positivo nas estruturas locais de formação, seus clientes desejando cursos de qualidade com preços razoáveis. Quando a oferta não correspondia a procura, os alunos foram enviados para o estrangeiro.

Neste caso de exemplo, que não é isolado, temos uma lógica de formação muito focalizada. A aquisição de saber e de conhecimento deve ser rápida. Deve permitir formar uma MO competente tendo em conta um raciocínio financeiro a médio e longo prazo. Ao mesmo tempo afecta o sistema de ensino, no sentido que os centros de formação têm aqui um mercado atraente ao longo de vários anos que induz a



procura de qualidade, de competitividade, com o risco também de orientar perigosamente esses centros em formações muito específicas. No final é também um número significativo de pessoas que adquirem competências (numa área bastante específica), mas que constituem um capital para o país uma vez que tem recursos minerais fabulosos para desenvolver.

O grupo francês SUEZ investe na formação como parte de seu compromisso com a responsabilidade social. Os projectos de educação e formação são uma parte importante da estratégia que acompanha o desenvolvimento da companhia. Neste sentido a companhia trabalha favorecendo o conhecimento técnico nos sectores da água, a gestão de resíduos e energia bem como a emergência de uma consciência pública para a protecção do meio ambiente. Nos termos do acordo assinado com a UNESCO, em 2002, SUEZ apoia a formação facultada em Delft (Países Baixos) pelo Instituto IHE para a educação sobre a água. Este programa já formou mais de 12.000 profissionais da indústria da água em redor do mundo em 2004-2005.



Mesmo quando as fundações ou grupos internacionais não têm directamente um publico alvo de jovens adultos (18-35 anos), muitas vezes integram nas suas acções apoios para o desenvolvimento económico das populações mais pobres, a sua inserção na sociedade através da informação e formação profissional. No entanto, estes grupos fundam suas intervenções “caritativas” nos grupos de população alvos e nas temas que interessam os seus próprios desenvolvimentos ou que são muito interessantes em termos de imagem: crianças e adolescentes, mulheres, educação, meio ambiente. Os recursos existem e podem ser mobilizados e vêm em complementar os programas mais específicos da FIP.

As empresas atribuem grande importância a todas as questões relacionadas com a FIP. Estão motivadas directamente ou em parceria com centros de formação ou indirectamente contribuindo para os fundos dedicados à formação profissional. No entanto sozinhas não podem enfrentar todos os desafios porque alguns problemas são também da competência dos Estados para a cobrança dos recursos e a continuidade no processo de formação e inserção no mercado de trabalho.

Nos países onde a capacidade de coordenação entre os sectores público, privado, financeiro e OSC é baixa, a melhoria da FIP só poderá ser efectiva, eficiente e sustentável se esses actores medirem os desafios actuais e futuros e tomarem consciência da gravidade das situações enfrentadas diariamente pelos jovens, pobres e excluídos do sistema..

A perícia da ESSOR : o Brasil

A acção da ESSOR em termos de FIP no Brasil é o resultado de um processo de consolidação de uma abordagem iniciada no âmbito de programas integrados desenvolvidos pela Inter Aide (ONG francesa) e associações parceiras brasileiras. As primeiras acções começaram em dois centros urbanos no noroeste do Brasil: Fortaleza e São Luís, em 1991. Entre este período e o final da década de 1990 as acções da FIP multiplicaram-se em «projectos integrados», com muitas outras componentes sociais. Foi no início da década de 2000, após um longo e necessário período de maturação, que a FIP tornou-se um sector significativo dentro da ONG ESSOR com equipas especializadas, objectivos e consolidação de métodos.

Em 1994, tanto as equipas das ONG brasileiras, como as equipas da ESSOR evidenciaram a enorme procura de famílias que viviam nas áreas urbanas periféricas. Foi nessa época que começaram a medir a importância do desafio. Naquela época as instituições nacionais de formação que são o SENAI e o SENAC estavam pouco envolvidas nestas zonas urbanas e junto deste tipo de público, no entanto, se tecia já ligações com as equipas da ESSOR.

Em Fevereiro de 2001, um estudo, destacou um factor que seria decisivo para o futuro das intervenções e a evolução entre as instituições de formação, a ESSOR e as suas ONG brasileiras parceiras. O estudo evidenciou o seguinte :

- ▶ 100% das acções de formação das unidades móveis do SENAI e SENAC nos bairros desfavorecidos foram realizadas em estreita colaboração com o Gacc-Ma/ESSOR;
- ▶ as taxas de abandono dos alunos provenientes dessas zonas e seleccionados com o Gacc-Ma/ESSOR foram bem inferiores as taxas registadas quando as empresas mandavam pessoas em formação nesses mesmos centros. Para os primeiros, a taxa era de 7%, para os segundos, era de 30%.

Esta excelente taxa de sucesso relativamente ao público alvo tem a ver não só com as modalidades de selecção dos candidatos e do muito bom ajustamento entre procura e oferta, mas também com toda a abordagem prévia que começa com o acompanhamento das famílias.

*Estamos aqui
no coração do
processo que
permite acompanhar
o percurso dos
participantes.*

É no processo de investigação-acção e também nos processos de vai e vem entre os diferentes projectos que emergiu: uma abordagem, um método e um conjunto de ferramentas. Que não têm nada a ver com caixas de ferramentas ou de modos de emprego predefinidos, imediatamente disponível e pronto para ser usado.



Frédéric Barbotin

Representante da ESSOR
Brasil

“... a ideia era de poder delinear a trajetória do participante. Para fazer isso, passamos gradualmente de um registo de resultados do percurso a um acompanhamento individualizado da inserção... usando ferramentas como: fichas de inscrição, fichas de situação sócio-económica, fichas técnicas de curso, fichas de registo nas oficinas de emprego, fichas de acompanhamento: emprego encontrado, pessoas enviadas, pessoas empregadas...”

O processo continua em torno de projectos com excelentes resultados e desenvolvimento de novos processos, métodos e ferramentas. No entanto, para serem sustentáveis todas estas produções devem ser usadas por entidades fortemente, inseridas na paisagem institucional local. Foi a este nível que os processos iniciados começaram a ter dificuldades e que as acções FIP foram menos dinâmicas.

*«... na época não havia uma visão global.»
Nos pensávamos em termos de projecto (lugar, acção, resultados) [...]... cada projecto apanhava um pouco do outro na sua aplicação e, seguidamente, desenvolvia as suas próprias ferramentas. Foi realmente uma produção artesanal adaptada a cada contexto e cada realidade. Mesmo as visitas cruzadas entre ONGs brasileiras se concentravam mais nas comparações do que na busca de sinergias em termos de método e ferramentas...”*

Frédéric Barbotin

Lembra nos:

Este modo de funcionamento por projecto tem permitido constituir dentro das ONGs parceiras um corpo de excelentes técnicos mas ainda muito pouco «político» e sem visão de médio prazo. Esta situação começou a preocupar a ESSOR que avançou com um trabalho de avaliação sobre a real autonomia das ONGs que deviam assumir a acção e perpetuá-la. Essa avaliação evidenciou que era essencial para os parceiros: i) adquirirem uma maior autonomia institucional e ii) desenvolverem estratégias para a mobilização de recursos e parcerias locais.

Em 2005 foi implementado um projecto real de apoio ao desenvolvimento institucional de várias ONGs parceiras. Rapidamente ocorreram mudanças na visão que as ONGs têm sobre o papel da estrutura para além da simples execução das acções. Começam a perspectivar e seguidamente, a definir estratégias em particular para a sustentabilidade das instituições na base das acções que eles definem como prioritárias. Isso traduz-se pelas articulações mais qualitativas com às autoridades locais que privilegiam a instituição, sua abordagem e suas acções.

Em 2009, quando lançou acções FIP na Paraíba, a ESSOR teve em conta não só as necessidades e o contexto local mas também o posicionamento institucional das ONGs sobre a problemática, sua abordagem relativamente aos actores locais (ONGs, OCB, entidades públicas, privadas, Universidade), e o território... para fazer a escolha dos parceiros. É evidente que todas estas mudanças, evoluções, mutações no modelo de intervenção originalmente usado pela ESSOR teve também impacto sobre a estrutura e o seu modo de funcionamento.

O projecto ou o apoio é, portanto, concebido para responder as necessidades das populações mais pobres, mas também para provocar dinâmicas no desenvolvimento local nomeadamente através das «Comissões de criação de trabalho e rendimentos», associando um parceiro «histórico», Amazona, desejando fortalecer a sua abordagem sobre a inserção, e parceiros «virgens» com pouca experiência sobre o tema.

Em 2008 a ESSOR tomou a decisão estratégica de criar a função de referente temático. Para a FIP essa função foi assegurada pelo Director até 2010 quando foi contratada uma pessoa para tratar deste sector de actividade.

Estas acções de desenvolvimento FIP eram pouco compartilhadas a nível da ESSOR. Acabavam por ser iniciativas isoladas sem socialização. A chegada da pessoa responsável pela gestão deste sector permitiu rapidamente consolidar as abordagens, criar as sinergias, fazer evoluir as ferramentas consoante o contexto as competências dos técnicos e actores locais de forma participativa, melhor considerar as evoluções das realidades locais e dos sistemas em que os técnicos operam e sobretudo, reposicionar constantemente o papel que deve ter a ESSOR.

As reuniões que ocorreram anualmente no Brasil organizadas no Estado da Paraíba, pela ESSOR e os seus parceiros sobre o tema da «criação de trabalho e renda» tornaram-se essenciais para todas as partes interessadas. Naquela altura as alocações das autoridades foram elementos de reconhecimento da ESSOR e dos seus parceiros não só para os resultados, mas para a abordagem desenvolvida e os processos iniciados.

“O tema escolhido para discutir nessa mesa foi muito forte, pois o Brasil vive um momento excepcional de mudanças. As comissões de trabalho e renda são colegiadas e tripartites: Governo, trabalhadores e empregadores. Contemplam, obrigatoriamente, estes três segmentos para tornar o país mais solidário e menos desigual. Essas comissões têm que conhecer a realidade local, mercado de trabalho, as forças sociais que estão atuando e devem ser articuladas com as forças públicas.”

Jefferson Palmeira Representante do Governo do Estado da Paraíba Secretaria do Desenvolvimento Humano

História de vida: Brasil



Meryelly teve o seu primeiro filho aos 16. Uma gravidez indesejada. Muito cedo, quando seus pais deixaram a campanha para ocupar um terreno na periferia de Patos, tornou-se, como seus irmãos e irmãs, «aviãozinho» e «aeromoça». Sua irmã, que tem 40 anos, é conhecida no bairro. Tem consumido droga nos últimos 15 anos. Levou sua filha de 14 anos de idade, no mundo da droga e depois da prostituição. Na pequena casa vivem 7 a 12 pessoas consoantes as idas e vindas. Antes de entrar no projecto, Meryelly sofreu de depressão porque não

via nenhuma saída para o seu destino e da sua filha. Ela tinha ouvido falar da associação apoiada pela ESSOR através dos seus vizinhos e foi observar de longe as reuniões que os Agentes de Orientação Profissional (AOP) fizeram na rua para explicar a importância de ter objectivos e desenhar um projecto profissional. Tudo lhe parecia bem longo da sua realidade e das suas capacidades.

Dilany, a coordenadora das AOP tinha ouvido da família Meryelly. Depois de várias visitas sem êxito ou até mesmo perigosas, Dilany foi capaz de convencer Meryelly a entrar no gabinete e falar com ela. Dilany orientou Meryelly para que ela se inscrevesse num curso de cabeleireiro. Seleccionada, Meryelly chegou a ser uma das alunas mais empenhadas, superou o olhar dos outros, fez amigos e sobretudo conseguiu receber o diploma do SENAI. «Eu nunca teria imaginado o percurso de Meryelly quando eu lhe via no curso, só quando Dilany me disse é que eu soube» (Professor do SENAI).

Meryelly, recuperou a auto-confiança, participou em todos os workshops educacionais e encontrou um novo companheiro. «Meu sonho de ter um salão de beleza tornou-se um projecto. Eu consegui comprar o equipamento. Comecei a trabalhar para pessoas que não me vêm como eu era. Todo o mundo sabe da minha vida, mas isso não me preocupa, o curso me abriu os olhos...»

Hoje Meryelly pôs ordem na sua casa. O seu salão tornou-se realidade, Não ganha o salário mínimo, mas ganha o mesmo que a irmã que se prostitui. «Agora sim, eu posso comprar bons produtos para a minha filha, que se orgulha de sua mãe. Daqui 5 anos, vai ver, terei a minha casa e eu serei alguém que terá superado. Mas nunca vou esquecer de onde eu venho. Eu ajudo Dilany no seu trabalho, explicando meu percurso para os outros. Se eu consegui fazê-lo, outras pessoas também podem! ».

A perícia da ESSOR : o Moçambique

Entre 1997 e 1999, à imagem do que foi feito no Brasil com os Projectos Urbanos Integrados (PUI) nos bairros desfavorecidos, a ESSOR iniciou as suas acções em Moçambique em Maputo e depois na Beira. Já em 2003, as equipas sentiam a necessidade de desenvolver acções FIP de uma forma mais marcada e mais ambiciosa do que estava a ser feito em articulação com algumas autoridades locais.

A ONG nacional AMDEC, formada por agentes que tinham intervindo nos projectos PUI implementados por ESSOR, por diversas razões (técnica, institucional, financeira) não quis trabalhar nesta temática que na altura não era “vendável” a nível das instituições públicas e dos doadores. Por outro lado era difícil para eles conceber uma intervenção com os serviços do Estado. Esse tipo de parceria não era uma fonte de motivação para esta jovem ONG.

No entanto, a sede da ESSOR em Lille pensava intervir mais pesadamente sobre este sector. Por isso em 2003, financiou uma missão de estudo em França destinada a um quadro do INEFP para trocar ideias com profissionais e agentes da FP e da inserção na região de Paris. De 2002 a 2006 um primeiro pequeno projecto FIP foi realizado através de fundos privados colectados pela ESSOR que vieram completar financiamentos da cooperação francesa e belga. A dinâmica foi então lançada.

Seguidamente, os projectos que surgiram abriram-se amplamente a novos eixos de intervenção (com uma abordagem de investigação / acção como no Brasil) e tratam de questões de:

- ▶ Ligações com o sector empresarial privado para: i) o desenvolvimento de estágios profissionais nas empresas e ii) o impulso duma dinâmica de co-financiamento das formações pelo sector privado;
- ▶ A melhoria das formações profissionais (do sector público e privado) através do desenvolvimento de espaços de concertação sectorial afim de permitir uma melhor adaptação da oferta de formação às necessidades do mercado;
- ▶ O suporte para a inserção de jovens através do acompanhamento dos percursos de auto-emprego e/ou micro-empresa como também a criação experimental de uma incubadora de empresas;
- ▶ O desenvolvimento das relações técnicas e financeiras com Instituições de Micro Finança (IMF) no âmbito do apoio aos jovens empresários;
- ▶ O reforço das capacidades e competências das Organizações Comunitárias na Base com um início de profissionalização;
- ▶ O acompanhamento dos parceiros institucionais públicos e também a influência que a abordagem e os resultados podem ter nas políticas públicas dedicadas a FIP

Numa primeira fase, o método e os instrumentos desenvolvidos foram específicos a Moçambique. Eles eram pouco elaborados, pouco abrangentes e fortemente inspirados nos instrumentos produzidos para acções relacionadas com acompanhamento familiar.

O estudo publicado em 2006 com a OIT sobre a inserção profissional dos jovens, destaca a necessidade de usar a metodologia e os instrumentos desenvolvidos no Brasil sobre este temática. O que foi realizado em 2007, necessitou

então de adaptações ao contexto local. Hoje, apesar das bases do método serem as mesmas, foi necessário adaptar algumas ferramentas ao contexto até criar certas especificidades para Moçambique. Por outro lado, foi necessário, e nisto notam-se diferenças entre países, elaborar sistemas complexos de acompanhamento e controle das actividades, em particular em termos do número de beneficiários.

Todo este trabalho de adaptação e criação de instrumentos técnicos foi o resultado de intercâmbios documentais com o Brasil, mas também de missões de intercâmbio de várias pessoas e de debates com actores brasileiros. Mas também foi e ainda é, o resultado de debates dentro das equipas em Moçambique não só sobre o método e as ferramentas, mas também sobre as questões de sustentabilidade dos Balcões de Formação e Emprego criados nos bairros, sobre os Agentes de Orientação Profissional que acompanham os jovens e as famílias, sobre a qualidade das parcerias, a diversificação das parcerias, o auto-emprego, o investimento numa Agência Solidária de Emprego... A equipa, além disso, continua a testar novos conceitos, novos produtos que poderiam vir a curto prazo complementar e alargar o painel de soluções possíveis e exportáveis em contextos muito próximos.



Christophe Legay
Representante da ESSOR
Moçambique

«... ainda e sempre possível melhorar ferramentas, produzir novos instrumentos para sermos mais eficientes para controlar melhor a actividade dos actores nos bairros, melhor seleccionarmos os beneficiários, sermos mais relevantes nas sessões de formação realizadas internamente, talvez implementar métodos de ensino mais participativos, mais divertidos para melhor armar os beneficiários de forma a enfrentarem o mercado de trabalho e do auto emprego...».

Neste momento notam-se produções comuns que são tiradas das experiências de dois espaços de intervenção (um método e umas ferramentas básicas) e ferramentas específicas para cada contexto e adaptadas às necessidades locais. Um enorme esforço de harmonização foi iniciado e realizado recentemente e continua a ser, afim de elaborar um produto acabado rico da diversidade e de experiências.

Esta aproximação de metodologias entre os espaços (Brasil - Moçambique), a proximidade dos recursos humanos (Frédéric Barbotin e Christophe Legay) ajudaram a fazer evoluir as reflexões sobre a implementação de programas FIP. As ligações criadas têm favorecido o lançamento do projecto «LigAção», que é hoje principalmente financiado pela UE e pela AFD e que constitui uma excelente oportunidade para ESSOR aperfeiçoar os seus métodos em termo de transversalidade e também testar a abordagem nas zonas rurais.

«... nós vemos claramente que a metodologia e as ferramentas que têm sido desenvolvidas, são muito relevantes, mesmo se devem ser adaptados para cada contexto. Eles permitem de mais e melhor dinamizar as abordagens e os processos, afim facilitar a inserção dos jovens dos bairros desfavorecidos. No entanto, é o nosso dever e todos nós sabemos, que constantemente devemos questionar-nos sobre a nossa intervenção, especialmente em termos de sustentabilidade e articulação com níveis decisoriais do local até o nacional...». As experiências brasileiras vão contribuir amplamente a curto prazo a enriquecer o debate das equipas moçambicanas.

Christophe Legay
acrescenta que:

Após um período onde a acção de «projecto» prevaleceu relativamente à acção institucional, porque tinha necessidade demonstrar a relevância do método, das ferramentas e do impacto sobre o ambiente com resultados quantitativos, (o que rapidamente foi adquirido), a sustentabilidade das acções foi novamente questionada. Notou-se um retorno aos fundamentos da ESSOR que são de acompanhar a criação de entidades locais capazes de continuar a intervenção. Ao mesmo tempo iniciou-se uma reflexão sobre as formas apoiar as instituições públicas de formação profissional, para ajudá-las a se tornar mais «funcionais» e em conformidade com as missões que devem cumprir.»

A equipa de Moçambique está a dar um novo passo “superando” de uma certa forma as ferramentas técnicas e métodos directamente relacionados com a FIP. Mesmo se ainda há muito para fazer e que continua a ser uma base essencial para evoluir no sentido do reforço institucional e organizacional dos actores da sociedade civil e do sector público, que, em parceria com o sector empresarial privado, pode garantir a sustentabilidade



Novos desafios estão a surgir não só em termos de acompanhamento e de reforço das capacidades, das competências de estruturas, mas também de desenvolvimento de espaços de concertação dentro dos quais aparecem articulações entre: procuras do mercado, ofertas de formação, aspirações dos jovens e políticas públicas que progressivamente se negociam e se constroem. Estas acções estão em curso de faseamento com aquelas iniciadas com êxito no Brasil e a análise é muito rica em ensinamentos. Contribui para reposicionar o método e as ferramentas desenvolvidas para e pela FIP num quadro geral que se altera em função das escolhas, das intervenções e dos resultados obtidos concretamente no terreno.

História de vida: Moçambique



Arlindo Carlos Júnior, 23 anos, solteiro, tem 12 anos de escolaridade. Mora no Distrito de Chamanculo «C» em Maputo. Órfão de pai e mãe há mais de 6 anos, vive com sua irmã mais nova na casa deixada pelos pais. Desde o falecimento dos pais, os avós satisfazem as necessidades essenciais de Arlindo e da sua irmã. Apesar de todos os seus problemas, este jovem nunca abandonou os estudos. Após obtenção do diploma de nível secundário, o Arlindo não encontrou trabalho.

Através do serviço UPA (projecto FIP-ESSOR) nos bairros, relacionado com as oportunidades de formação profissional, inscreveu-se no curso de empregado de bar e restaurante. Foi seleccionado e tirou um curso no CFP Monalidia durante dois meses a seguir, fez um estágio profissional de dois meses no Hotel Santa Cruz.

Após o estágio, fez substituições no restaurante Kacole relacionado com a associação dos Escritores Moçambicanos. Com o apoio do serviço UPA (envio de cartas de motivação orientadas e CV personalizado), Arlindo foi integrado ao Hotel VIP de Maputo. Um «cliente» reconhece-o como um bom profissional e oferece-lhe um trabalho como chefe de sala no complexo K-longer.

Arlindo diz: « com o apoio da UPA, posso agora considerar-me como um jovem profissional feliz porque eu sinto que muitas coisas mudaram na minha vida ».



Cristina é uma jovem mulher de 25 anos, solteira, tem 12 anos de escolaridade e vive no distrito de Chamanculo «C» em Maputo. Sua família é composta por 7 pessoas, incluindo 2 que trabalham a tempo parcial. Cristina tem sido muitas dificuldades em obter uma formação profissional, inserir-se no mercado do trabalho bem como também continuar os seus estudos.

Através de amigos descobriu o serviço UPA, cujo Balcão de Formação e Emprego (BFE) se situa na associação da Comunidade ASSCODECHA. Ela inscreveu-se para um curso de culinária: ser cozinheira para ela sempre foi um grande sonho, nunca realizado devido ao preço do curso. Na sequência de um processo de selecção, frequentou o curso de cozinha na escola hotel Andalucia em Maputo.

Hoje, Cristina trabalha no Maputo Shopping Center, num restaurante onde ganha um pouco mais do salário mínimo (50 euros em Moçambique). Gosta do seu trabalho e aprende muitas coisas que não tinha aprendida durante a sua formação profissional. O ambiente de trabalho é bom o que permite resistir aos horários de trabalho. Pensa evoluir na sua área profissional e trabalhar um dia num grande hotel e iniciar a sua carreira.

A perícia da ESSOR: o Chade

No Chade, a implantação de ESSOR é recente. Em parceria com uma ONG nacional, a Universidade Popular, a ESSOR, desde 2009, que desenvolve acções educacionais em torno de Casas da Juventude que construiu em dois bairros (um católico e outros muçulmanos) da capital Ndjamena. Nesta base em 2011, a ESSOR lançou um projecto-piloto de 18 meses que tem por objectivo formar profissionalmente jovens dos bairros onde intervém e inseri-los no mercado de trabalho.

O Chade é um novo espaço de intervenção para a ESSOR. Em primeiro lugar o país é francófono ao contrário de todos os outros países de intervenção da ONG. Mas oferece também uma oportunidade para transferir a abordagem, os métodos e as ferramentas neste novo contexto. Foi um enorme trabalho de toda a equipa na sede, realizado em parceria com os representantes do Brasil e Moçambique de adaptação e de tradução para este novo contexto. É também para a ESSOR um formidável desafio de «mudança de escala» a partir do momento em que este projecto beneficia todos os anos da investigação/acção que tiveram lugar principalmente em Moçambique e no Brasil.

Desde o lançamento do projecto, a equipa não se concentrou unicamente na obtenção de resultados quantitativos definidos no quadro do projecto, mas percebeu (através das experiências do Brasil e de Moçambique) a necessidade de conceber a acção como um todo totalmente integrado na paisagem institucional, em parceria com uma ONG forte capaz de continuar a intervenção. Esta abordagem decisiva hoje é muito prometedora em relação a iniciativas para o futuro. Num curto espaço de intervenção conseguiu-se reais sucessos em todos os níveis.

O que a ESSOR deixou como inovação técnica notável no Chade na abordagem FIP que desenvolve comparativamente às outras ONGs que intervém na área da formação é que de facto, a ESSOR acompanha os jovens em todo o processo de formação iniciando com a informação, a escolha formativa e especialmente a inserção no mercado de trabalho num contexto onde ter acesso ao trabalho actualmente não é uma questão de competência ou de diploma.



Ambroise Le Moal
Representante da ESSOR
Chade

« ... A implementação de um projecto FIP requer uma boa implantação no contexto da vida local. As Casas da Juventude construídas no âmbito do projecto educação «Trampolim» são reconhecidas pela população. Criaram-se o terreno ideal para implantação do projecto.

A criação de um curso educacional de 5 meses de duração permite os beneficiários adolescentes projectarem-se para o futuro e esboçar um projecto de vida. No final do curso, os jovens optam para um iniciação pré-profissional devidamente enquadrada pelos profissionais.

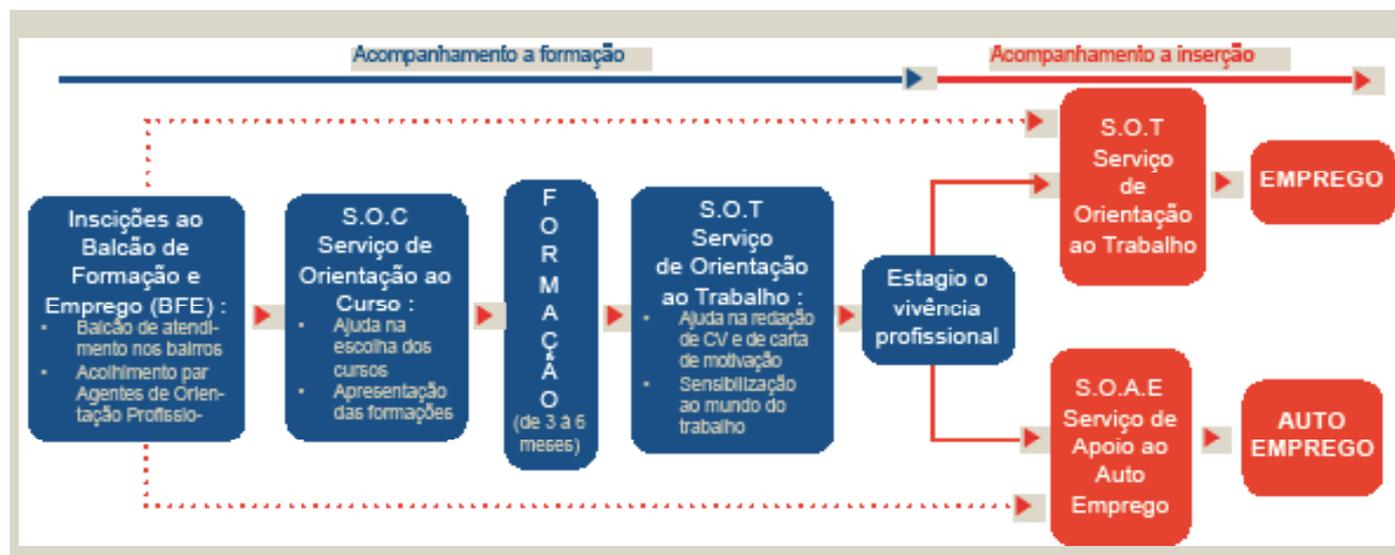
Estes aspectos representam uma inovação importante levada a cabo pela ESSOR no contexto da juventude chadiana que não dispõe de instalações para orientação ou informação e cujo sistema de educação na sua globalidade esta a envelhecer e inadequado ao contexto actual.

A abordagem permite preparar os «espíritos dos jovens» para depois, os levar junto de oportunidades de formação adaptadas, em áreas que permitirão a sua integração no mercado de trabalho »

Uma abordagem e ferramentas comprovadas, fruto de 15 anos de experiência

A nossa metodologia :

Um percurso de formação e de inserção individualizado & a mobilização dos atores públicos e privados



Ensinamentos e boas práticas a reter

O que 15 anos de experiência em três países ensinaram sobre a Formação e Inserção Profissional podem ser resumidos em torno dos seguintes eixos: i) os ensinamentos relativamente aos programas de FIP e ii) os ensinamentos relativamente à instituição ESSOR.

▲ *Relativamente aos programas de FIP*

O indivíduo no coração dos dispositivos de formação e de inserção

A ferramenta “Formação Profissional”, que não integra a dimensão “Inserção”, tem um interesse limitado especialmente nos contextos da intervenção dos programas da ESSOR. Sem acompanhamento, a avaliação do impacto das formações sobre os beneficiários não permite melhorar as formações e a eficácia dos investimentos realizados. O acompanhamento na inserção é essencial (antes do percurso, durante e depois). No entanto, essa abordagem conhecida por ser muito eficaz é muito exigente e requer esforços substanciais de um ponto de vista humano e financeiro.

Congregar em torno de um programa comum

Os programas FIP requerem trabalhar com uma pluralidade de actores (públicos e privados) que não têm o hábito de trabalhar juntos nomeadamente nos países da intervenção da ESSOR. O desafio, cujos efeitos se começam a perceber, foi de quebrar tabus, mudar os hábitos e fazer «mexer» as políticas públicas.

Contribuir para a criação de redes dos actores do Norte

Qualquer que seja a dimensão de um projecto ou de uma ONG, a ESSOR tem contribuído para a colocação em rede dos intervenientes no Norte para dar maior alcance e reconhecimento a suas acções, num sentido de complementaridade de competências e de meios, e com intuito de ser mais eficaz e eficiente em todas as suas intervenções.

As Parcerias

A construção de parcerias com as organizações da Sociedade Civil, com Autoridades Públicas (nacionais e locais), bem como os actores do sector privado empresarial é uma evidência, mas como fazer? Qual é a estratégia adequada, qual é o caminho a seguir?

A prática nos diversos países diz que essas estruturas de parceria são o resultado de um processo e de investimentos em capital humano que permitem estabelecer ligações que devem ser regularmente dinamizadas, fortalecidas, melhoradas, fazendo progredir tanto os recursos humanos como a própria acção. A construção da parceria induz a reposição da governança que deve ser aceite e assumida.

▲ *Relativamente à instituição ESSOR*

Métodos e ferramentas

Na base do método e das ferramentas elaboradas ao longo dos anos, os utilizadores no terreno, consoante as necessidades e evolução do contexto, têm todas as possibilidades para “apetrechar” a caixa de ferramenta que foi concebida.

As equipas têm plenamente interiorizado o facto de que estas produções são aperfeiçoáveis, adaptáveis e que têm por objectivo a melhoria do desempenho em termos de produção de resultados, mas também que é necessário ter em conta a sua eficiência e acessibilidade para assegurar a sustentabilidade.

Dois objectivos principais são assim definidos: i) ter a capacidade de adaptar-se, melhorando o desempenho das ferramentas e ii) ser capaz de produzir métodos facilmente apropriáveis pelos parceiros locais.

A capitalização

Todos os projectos e acções permitiram evidenciar que logo no início de um projecto é necessário inscrever como objectivo a produção escrita, oral, visual, a capitalização das experiências em dois níveis:

- o país, considerado como uma unidade base e,

- o conjunto dos países onde terá lugar o mesmo tipo de intervenção.

O objectivo deve ser de transformar o saber em conhecimentos partilháveis.

A Comunicação

O conjunto das intervenções será sempre restringido a um determinado espaço, a um círculo específico de actores se todas estas produções e realizações não forem devidamente valorizadas.

É essencial organizar-se para desenvolver uma estratégia de comunicação em vários níveis para divulgar a abordagem, o método, as ferramentas, os resultados, etc. , no sentido de favorecer o posicionamento da estrutura e dos seus parceiros no debate público relacionado com o tema.

O posicionamento e a contribuição da ESSOR sobre a temática da FIP

O posicionamento e as contribuições da ESSOR sobre a temática da Formação e Inserção Profissional, foram e são significativas em diferentes níveis e consoante o tipo de público. Se considerarmos a experiência do Brasil, de Moçambique ou do Chade, é sempre na transversalidade, que a estrutura ESSOR:

- ▶ posiciona sua acção para os jovens desfavorecidos,
- ▶ se inscreve num processo de autonomização das estruturas parceiras
- ▶ se inscreve num processo de autonomização das estruturas parceiras,
- ▶ contribua para a profissionalização dos Centros de Formação,
- ▶ reforça as parcerias activas com o sector empresarial
- ▶ assenta a sua intervenção junto das autoridades locais no debate público e na intervenção dos Estados Etats.

Au niveau des jeunes des quartiers

Intégration des jeunes dans le secteur formel et informel, en emploi salarié ou en auto-emploi, intégration et positionnement dans une société « normalisée », impact qu'ils ont sur leur environnement social dans les quartiers, sur leur cercle de proches (parents et amis) sont des résultats très probants, mesurables et qui marquent le paysage socio-économique local.

Même dans ces espaces délaissés par les grands acteurs institutionnels, ESSOR a démontré qu'il est possible de lancer des dynamiques formatives et d'insertion dans un cercle vertueux de développement civique et économique pour de nombreux jeunes qui, en temps normal, seraient laissés pour compte par le système dominant et viendraient gonfler la masse des désœuvrés qui évoluent souvent dans des systèmes de « non droits » extrêmement violents.

▪ Ao nível das associações e ONG locais

São intermediários indispensáveis, implantados em espaços de vida abandonados pelos poderes públicos, Estão familiarizados com os modos de funcionamento, as dificuldades, mas também as potencialidades das pessoas que ali vivem. São os representantes e defensores dessas populações. Também têm pontos fracos (competências limitadas, capacidades restritas, visibilidade limitada,...). No entanto são geralmente proactivos e são capazes evoluir rapidamente, nomeadamente em torno de programas de FIP e apoiá-los. Para os mais profissionais são capazes de dirigir acções a longo prazo, defender causas, fazer lobby, negociar ajudas ou financiamentos junto das autoridades locais ou nacionais e tornar-se actores incontornáveis.

A direcção da ESSOR e as equipas que trabalham no terreno implementam apoios específicos para as associações e as ONG nacionais. Contribuam para o desenvolvimento da abordagem junto dos actores não-governamentais, mas sobretudo iniciar processos que perduraram e que serão factores de mudanças. Todos concordam em reconhecer que a FIP é um excelente tema sobre ao qual se deve «aliar» a sociedade civil, o sector empresarial privado e sector público porque eles são sem dúvida os mais interessados. Há aqui um desafio importante para as próximas décadas para o qual a ESSOR contribuirá activamente .

Au niveau des centres de formation

As empresas que recrutam desejam ter pessoal competente, qualificado e que seja capaz de realizar as tarefas necessárias. No entanto, constatamos uma insuficiente adequação entre a procura e a oferta de formação. As equipas da ESSOR e os seus parceiros gradualmente criaram espaços de reuniões, oficinas, seminários sectoriais que fomentarão o encontro entre os profissionais da formação técnica e as empresas públicas e privadas. Isto permitiu a realização de algumas adaptações no sentido: i) de por em concordância a oferta e a procura, ii) de melhorar a qualidade das formações, iii) de ter um maior reconhecimento dos centros que aceitam essas alterações.

Os centros de formação profissional permitem aprender uma profissão, formar em alternância, aperfeiçoar, actualizar os conhecimentos, validar aprendizagens anteriores,... para os jovens que vivem à margem da sociedade é muitas vezes uma segunda chance oferecida. Isso não significa que sejam ofertas de formação baratas, bem pelo contrário, ...

• A nível do sector empresarial privado

A ESSOR e as equipas no terreno, desde o lançamento das acções em 1992 e, estabeleceu relações específicas e privilegiadas com o mundo empresarial privado. A sua rede de parceiros empresariais em França é uma base importante para a estrutura. Nos vários locais de intervenção encontram-se situações específicas a cada país, mas na relação com o mundo empresarial (formal e informal), há uma abordagem idêntica que contribui grandemente para o sucesso dos projectos desenvolvidos e para inovação em determinadas áreas: formação alternada, desenvolvimento de cartas de responsabilidade social das empresas, que se concretiza com empregos reservados para jovens oriundos dos bairros desfavorecidos, mas também pelo co-financiamento da formação destes jovens (patrocínio).

A nível das autoridades locais e nacionais

A inserção da estrutura ESSOR e de seus projectos de FIP na esfera pública, tanto a nível local como nacional é baseada no sucesso das acções efectuadas especificamente com jovens de bairros desfavorecidos.

A abordagem desenvolvida pode contribuir para a optimização dos investimentos por todos os intervenientes e ter um impacto sobre as autoridades e os decisores políticos, fornecendo-lhes estratégias de intervenção inovadoras, relevantes, que funcionam e que podem contribuir plenamente para a integração dos jovens de bairros desfavorecidos. A ESSOR progressivamente posiciona-se como um parceiro-chave para essas autoridades decisoras.

O que a experiência induziu como mudanças dentro da ONG ESSOR

15 anos de intervenção no Brasil, Moçambique, Cabo Verde, Chade e Guiné-Bissau, com a implementação de um processo de investigação - acção em torno da Formação e da Inserção Profissional dos jovens nos bairros desfavorecidos, com as mudanças, as evoluções, as mutações subjacentes, têm progressivamente permitido estabelecer as bases de uma metodologia cujos resultados são reconhecidos em vários aspectos e têm muitas vezes impactado a vida da estrutura da ESSOR.

Em 2008 a ESSOR tomou a decisão estratégica de criar a função de referente temático (designado Responsável de Programa). No que diz respeito à FIP essa função foi assegurada pelo Director até ao ano de 2010 quando foi contratada uma pessoa que actualmente conduz este sector de actividade.

No mesmo ano, uma avaliação participativa em João Pessoa (Brasil) realizada pelo Ariane Delgrange destaca a importância das sinergias nacionais e internacionais. Liderada por Frédéric e Christophe (representantes Brasil e Moçambique) nasceu um projecto FIP multi país. Esta acção foi determinante e permitiu o posicionamento da ESSOR neste tema e ao mesmo tempo, o reforço das competências dos parceiros locais.

Em 2010 a chegada de Pauline Mudry responsável pela gestão deste sector rapidamente ajudou a consolidar as abordagens, criar sinergias entre eles, a fazer evoluir as ferramentas em função do contexto e das competências dos técnicos e actores locais de uma forma participativa. Permitiu também melhor avaliar as mudanças das realidades locais e dos sistemas em que evoluem e especialmente reposicionar constantemente o papel que deve ter a ESSOR. Um impressionante trabalho transversal, integrando a experiência da FIP nos 3 países da intervenção permite então de chegar a uma nova dimensão e perspectivar serenamente algumas mudanças.



Tecnicamente as acções nos países, através dos financiamentos internacionais (UE, AFD, ...) abrem cada vez mais eixos de reflexão e de intervenção que obriga a estrutura em França a adaptar-se de forma a manter uma coerência global sobre a temática. A ESSOR acompanha mais e melhor o fortalecimento institucional das Organizações da Sociedade Civil tanto a nível das associações de bairros, como das ONG parceiras. Ajuda a pôr em prática os mecanismos e instrumentos que facilitam a adequação entre a oferta e a procura de formação. Contribua para a criação ou a implementação de espaços de diálogo entre centros de formação públicos e privados. Desenvolve dinâmicas e eventos, associando representantes da sociedade civil, para questionar as autoridades públicas sobre as políticas, a sua construção, implementação e acompanhamento na área da formação e inserção profissional. Mobiliza tanto a Sul como a Norte recursos para responder à procura favorecendo os intercâmbios Sul-Sul e Norte-Sul.

Progressivamente a estrutura construiu um verdadeiro programa que hoje lhe permite enfrentar novos desafios que são: a intervenção nas zonas rurais, a intervenção junto de um público mais numeroso e a intervenção noutros países como no Chade, onde logo no início foi desenvolvida uma abordagem sistémica com grande sucesso.

Jean Philippe Delgrange – Director da ESSOR

Para a ESSOR trabalhar no sector da FIP têm produzido algumas mudanças significativas:

- A FIP é um campo que interessa muitos actores, incluindo às autoridades públicas porque as acções nesta área podem ter um impacto directo na redução da pobreza. De facto, a FIP levou-nos a trabalhar com um grande número de actores públicos e privados, incluindo as empresas, particularmente no Sul, com os quais tínhamos muito pouco contacto até agora;
- A FIP também nos levou entrar em contacto com intervenientes desta área em França (trabalhando no território francês e também nos países do Sul). Estes contactos foram e ainda são interessantes para a associação e abriram novos caminhos;
- A implicação destes numerosos actores no Norte e no Sul mostrou a necessidade de criar na sede um posto de chefe de programa, para trabalhar sobre a coerência das nossas actividades em diferentes países, mas também para assegurar a ligação com os parceiros no Norte e com a capitalização;
- Com a FIP começamos realmente a dedicar tempo nas acções de capitalização, através de uma melhor divulgação das nossas metodologias de forma a que sejam reproduzidas e enriquecedoras para os outros actores;
- Estas evoluções na área da FIP nos levou criar mais formalmente os nossos três principais sectores de intervenção (FIP, Educação, Desenvolvimento agrícola) e teve também um impacto em termos de organização geral da ESSOR, com a implementação em 2010 de três responsáveis de programa;
- Finalmente, se a questão da sustentabilidade é uma questão que está no centro de todas as nossas acções, coloca-se sobretudo na área da FIP. Neste sentido demos um passo enfrente relativamente à nossa participação nos diversos fóruns e espaços de discussão das políticas públicas.



Frédéric Barbotin – Representante da ESSOR no Brasil

A experiência adquirida pela ESSOR no campo da FIP ao longo do seu percurso teve efeitos determinantes para o desenvolvimento institucional da associação. Tinha de ser feitos um esforço de compreensão do ambiente no qual as nossas acções se inscrevem para propor respostas adaptadas. Tivemos de desenvolver novas estratégias e capacidades para manter um diálogo permanente com os diferentes sectores da sociedade, que desempenham um papel na questão da formação e inserção. O objectivo consistia em reforçar as competências locais e envolver a nossa abordagem a longo prazo para além de uma acção temporal e focalizada. Estas estratégias rapidamente ultrapassaram o quadro da FIP abrindo novas perspectivas de acções e de cooperação.



O «capital» da ESSOR foi valorizado não só graças ao reforço das suas competências em termos de organização e ajustamento institucional como também das dos seus parceiros em determinadas áreas. Foi necessário articular e mobilizar as redes, mas também inserir-se naquelas que ofereciam um quadro favorável a esta abordagem e uma forte legitimidade. Finalmente, foi e ainda é hoje necessário agir e interagir com os conselhos paritários, reconhecendo a sua legitimidade para o controle social das políticas públicas.

A ESSOR, hoje, com os seus parceiros locais, abriu novas perspectivas técnicas, financeiras e institucionais no Brasil para garantir a sustentabilidade das suas acções e tornar legítimo o papel de uma ONG europeia num país onde a sociedade civil organizada tem um lugar importante nos espaços de decisões políticas.

Tecnicamente, a construção metodológica tornou-se um processo colectivo e participativo que agrega tanto o capital das ONGs parceiras como as etapas realizadas pelos actores públicos e privados.

Financeiramente, a cooperação internacional já não é a principal fonte de recursos para o apoio deste tipo de acção, foi necessário integrar as expectativas dos financiadores privados e públicos e mobilizar a solidariedade local.

Institucionalmente, o reconhecimento e a consideração do capital adquirido pela ESSOR favoreceram uma participação mais activa no processo de discussão e de implementação de políticas públicas.

A evolução desses parâmetros teve por consequências a definição de novas relações de parceria, tendo em conta o valor acrescentado de cada interlocutor com a preocupação constante em continuar a responder o melhor possível às realidades das populações mais desfavorecidas.

Finalmente, esta abordagem construída ao longo dos últimos 20 anos pela ESSOR necessitou da parte da associação nestes últimos 5 anos, de uma visão cada vez mais estratégica não só num território específico ou numa acção particular, mas também no conjunto do seu campo de acção geográfico e temático. Desde 2009, a ESSOR abriu novas perspectivas. Na continuidade da sua missão, incentivou e reforçou as sinergias técnicas e institucionais para promover e suportar a transferência de saber em diferentes países onde a ESSOR actua e ao lado dos parceiros envolvidos para a redução das desigualdades sociais.



Pauline Mudry – Responsável do Programa FIP na sede de ESSOR

«... aqui estão algumas reflexões sobre as mudanças da ESSOR que eu vi e vivi durante 2 anos. Em primeiro lugar, uma melhoria muito significativa dos intercâmbios, da partilha e da circulação das informações entre os projectos, o que nos permitiu progressivamente ser melhor estruturado e mais coerente na nossa intervenção, sistematizar determinados procedimentos e, portanto avançar com mais «facilidade» em novas áreas (Chade, Guiné Bissau).

Os intercâmbios Sul-Sul e o projecto multi país têm fortemente contribuído para o reforço do sector FIP. Não se pensa unicamente por projecto. A visão da ESSOR evoluiu, estamos a viver uma mudança de escala. Os novos projectos apresentados contemplam muito mais os aspectos de política pública FIP, como influenciá-las, como co-financiar as acções FIP (co-financiamento público ou privado) a fim de garantir a sua inserção no tecido económico local que irá assegurar a sustentabilidade destas acções ... »



Ambroise Le Moal – representante da ESSOR no Chade

«Eu tive a oportunidade de participar na implementação das acções da ESSOR no Chade através do projecto trampolim, um projecto que visa a integração social dos jovens em dois bairros de Ndjamena. Na época, a responsável do programa FIP ainda não estava ainda a trabalhar. Quando a nível da sede fui informado do início das acções da FIP no Chade questionava-me como proceder e quais eram os actores chaves com quem trabalhar.

Os numerosos contactos com Pauline, a RP da FIP e especialmente a descoberta do documento de capitalização sobre a metodologia FIP elaborado pela ESSOR ajudou-me muito e permitiu-me de ver rapidamente e claramente como seria articulado esse projecto. Certamente tive que adaptar algumas das ferramentas ao contexto económico e social chadiano, mas o processo e a abordagem manteve-se inalterados.

No Chade, as acções FIP desenvolvidas pela ESSOR revelaram rapidamente um grande interesse da parte das autoridades públicas. Logo no primeiro ano foi concluído um acordo de parceria com ONAPE (serviço público do emprego). Todos os intervenientes presentes (serviços públicos de emprego, OCB, CFP, empresas) reconheceram a relevância da abordagem da ESSOR e o interesse das experiências passadas do Brasil e Moçambique que fornecem aos RP dos novos países (Chade, GB) exemplos concretos.

A ESSOR na base de um processo de investigação-acção tem produzido uma abordagem, uns métodos e ferramentas que lhe permite iniciar confortavelmente, seja a mudança de escala num país, seja a implementação em novos países. A ESSOR hoje criou uma rede FIP em cinco países em que pode basear a sua credibilidade e posicionar-se em muitos debates. A ESSOR estruturou conhecimentos através de competências e experiências que lhe dão mais reconhecimento e profissionalismo sobre esse tema.»



Priscilla Dijoux – Projecto FIP - Moçambique

“... A ESSOR naturalmente posicionou-se como mobilizador dos actores da FIP para permitir uma melhor integração dos jovens. A realização de encontros entre os centros de formação profissional (CFP), as empresas, as associações das comunidades, governo e instituições de micro finança tiveram como impacto uma profissionalização destes actores e a criação de novas parcerias.



Os CFP estão agora em ligação directa com as empresas, eles têm sistematizado o estágio profissional e adaptado seu programa de formação às necessidades do mercado. A INEFP esta agora mais perto das associações comunitárias afim de certificar as formações profissionais nos bairros e divulgar as suas oportunidades de emprego.

Actividades novas e inicialmente não planeadas foram iniciadas: por exemplo, a abertura de uma Agência social e solidária de emprego onde os fundos levantados permitem o financiamento de formações para outros jovens desfavorecidos. Foi implementado um programa de responsabilidade social das empresas onde elas são envolvidas na formação profissional e financiam a formação de jovens de bairros vulneráveis. Foram tantas iniciativas que estimulam o programa FIP dentro da ESSOR e de toda rede implementada com os outros países de intervenção. A nossa visão não se limita a um projecto, um país, mas a um programa que abrange quatro países até hoje...»

Agnés Ellouz Pires – Projecto FIP – Moçambique

“... O programa FIP em Moçambique defronta-se actualmente com um desafio real que consiste sua implementação nas zonas rurais e a mobilização das suas equipas na sua capacidade de ser criativas para ter sucesso neste desafio que terá um impacto no conjunto das acções FIP dentro da ESSOR.



O acesso à informação constitui um parâmetro essencial para todas as acções. O lançamento do projecto multi país LigAção é importante porque permite intercâmbios frequentes entre as equipas e os seus parceiros, as concertações sobre as abordagens, uma harmonização das ferramentas, encontros Sul/Sul que facilitam as transferências de conhecimentos, de saber-fazer, em vários níveis: do técnico até o institucional, do nível local até o internacional.”

Estes processos induzem mudanças notáveis dentro da estrutura ESSOR que se adapta, se profissionaliza e ganha novos reconhecimentos.

Algumas palavras para concluir

“ ... Durante muito tempo a formação e a inserção profissional foram esquecidas a favor da educação básica, que representa um dos objectivos do Milénio. Portanto, a formação profissional é de uma importância estratégica. Representa uma garantia de benefícios económicos significativos para as empresas nos países em desenvolvimento e constitui para as pessoas um meio de combater eficazmente a pobreza. O impacto da formação profissional é duplo:

- ▶ permitir aos jovens e adultos melhorar suas competências, aumentar as suas possibilidades de inserção profissional e poder aspirar a um rendimento decente. Por isso, deveria fazer parte integrante de uma estratégia de redução sustentável da pobreza e de facilitar o acesso ao emprego;
- ▶ permitir ás empresas, através da melhoria das competências profissionais dos trabalhadores, de aumentar a qualidade de seus produtos e serviços, de melhorar seu potencial de inovação e competitividade e passar de uma lógica de sobrevivência para uma lógica de crescimento. A formação participa, assim, na revitalização das economias nacionais dos países em desenvolvimento. ... » (actos da conferência GEFOP-. nov de 2007).

A ONG francesa ESSOR envolvida, desde 1992, nos bairros mais desfavorecidos dos centros urbanos dos países em desenvolvimento com jovens pobres e desamparados, desenvolve uma abordagem desde o início da sua acção em diferentes níveis, sempre posicionando o indivíduo no centro da intervenção de acordo com os valores humanísticos que animam os membros e os profissionais desta associação do norte da França.



As suas acções particularmente em termos de Formação e Inserção Profissional mobilizam desde há mais de 15 anos uma cadeia de actores, em torno de um conceito, abordagem, métodos e ferramentas com objectivo de::

- ▶ permitir aos jovens mais desfavorecidos de adquirir conhecimentos, competências, capacidades profissionais, orientá-los, acompanhá-los na inserção no mercado de trabalho e ajudá-los a integrar-se e tomar o seu lugar dentro das sociedades em que eles evoluem;
- ▶ desenvolver saber-fazer, métodos, ferramentas concebidas, experimentadas e adaptadas aos diferentes contextos, mas também reforçar, melhorar e fazer progredir as competências, e as práticas profissionalizando actores da sociedade civil do Sul, parceiros das acções;
- ▶ criar impactos junto dos actores da sociedade económica, pública e política desenvolvendo colaborações disseminando amplamente os conhecimentos, contribuindo a argumentação sobre, para e em torno do reconhecimento da FIP como instrumento para a integração da juventude e contribuinte da paz social;
- ▶ mobilizar os saberes, meios, recursos humanos e financeiros (directos e indirectos), nacional e internacional para contribuir ao reconhecimento, a melhoria e ao desenvolvimento de uma abordagem profissionalizante que facilita e aumenta as possibilidades de integração de toda uma juventude desocupada e desfavorecida.

A associação ESSOR, as equipas que trabalham nas zonas de intervenção e os seus parceiros começam a investir na transformação dos seus saberes em conhecimentos compartilháveis. Se querem continuar suas acções, progredir, realizar mudanças de escalas, devem continuar este trabalho de valorização, teorizar e criar modelos do seu saber-fazer para não o perder de forma a converter seus conhecimentos tácitos em conhecimentos explícitos. Isso é dar-se as chaves para o futuro. Os actores nas zonas de actuação devem continuar a enfrentar este desafio tendo em mente esta frase:

«Se nossos jovens forem e continuarem a ser educados correctamente nossa cidade prosperará, caso contrário... devemos temer o pior.»
Platão



Première rencontre Sud - Sud/Brésil-Mozambique du projet Ligação - Oct . 2011 - Beira Mozambique

ANEXO

As instituições internacionais e as estratégias que desenvolvem

Várias instituições internacionais têm revelado um interesse crescente pela formação e a inserção profissional, em particular nos países em desenvolvimento. Podemos referir a União Europeia e o Banco Mundial, a Agência Francesa de Desenvolvimento, a Cooperação Alemã (GIZ) e a Cooperação Luxemburguesa, mas também a Organização Internacional do Trabalho. Estas instituições fazem análises e têm abordagens diferentes sobre esta temática. Portanto as modalidades de intervenções para contribuir para a resolução do problema são distintas.



A União Europeia não tem nenhuma estratégia e política específicas sobre a formação e a inserção profissional relativamente aos países em desenvolvimento, excepto para os países euro mediterrânicos através do programa MEDA. O desenvolvimento e o fortalecimento das acções relacionadas com a formação profissional estão integrados na sua política de apoio para a realização dos Objectivos Do Milénio no eixo da educação. Por outro lado a UE tem uma estratégia de excelência para os países membros da União Europeia e implementa vários programas bem como investe neste sentido montantes financeiros significativos.

É apoiada no desenvolvimento da sua política por organizações europeias ao serviço da formação profissional como o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional com a missão de prestar assistência à Comissão, para promover, a nível comunitário, a promoção e o desenvolvimento da formação profissional e a formação continua, ou mesmo a Fundação Europeia para a formação que estão envolvidos os países candidatos à adesão, bem como na Bacia mediterrânea, permitindo aos países parceiros iniciar uma reforma dos seus sistemas de formação e educação profissional.



Para o Banco Mundial a formação profissional não é um sector de actividade directo, mas é incluída no tema da educação (em particular através da educação na sociedade de conhecimento) e no tema do mercado de trabalho, que é em si um subconjunto do tema da protecção social. Educação e protecção social são identificadas pelo Banco como sendo os principais temas de desenvolvimento que está a tentar promover.

As intervenções do banco no campo do ensino e da formação profissional são amplamente baseadas, especialmente em África subsaariana, num documento de política geral adoptado em 1991. Defende a ideia de que os países em desenvolvimento que desejam melhorar sua produtividade económica precisam de uma força de trabalho flexível capaz de adquirir as competências requeridas pelas mutações da economia e do mercado de trabalho. As recomendações sugerem implementar programas para reforçar a educação, estimular o desenvolvimento do sector privado, melhorar a eficiência e a eficácia do sector público. Inclua a formação como medida complementar dos programas destinados a melhorar o rendimento das populações pobres e socialmente desfavorecidas. Também considera que deve haver uma parceria equilibrada entre público e privado relativamente à oferta no domínio da educação e da formação profissional.

Mesmo se a União Europeia e o Banco Mundial escolhessem integrar na sua política a formação e inserção profissional, verifica-se que as suas abordagens e modalidades de intervenção seriam diferentes. A primeira insere a FIP no tema genérico da educação, a segunda coloca-a em dois temas que são a educação e o mercado de trabalho.



Para a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) a formação profissional é um investimento essencial para os países em desenvolvimento devido aos seus efeitos de alavancagem sobre o crescimento e o emprego, mas também sobre a capacidade destes países para adaptar-se às ao contexto de globalização dos mercados e à multiplicação de crises económicas, sanitárias e climáticas. Face aos dispositivos de formação profissional frequentemente desprovidos de meios e respondendo com dificuldade às necessidades económicas e sociais, a AFD promove dispositivos guiados pela procura económica, com o objectivo de satisfazer as necessidades das empresas e favorecendo a inclusão social dos jovens através do emprego.

As intervenções da AFD, sejam destinadas às autoridades públicas ou aos operadores económicos privados, são baseadas no princípio fundamental de uma parceria estratégica e operacional entre o Estado e a Sociedade Civil (representantes dos empregadores, ramos profissionais, federações de artesanato, etc.) afim de promover uma formação adaptada às reais necessidades do sector produtivo e de assegurar uma melhor governança dos dispositivos de formação. Assim, agentes económicos são colocados no coração do processo de concepção, implementação e gestão de um novo sistema de qualificação de recursos humanos nacionais.

Para ser ainda mais eficaz, a AFD também promove parcerias institucionais e aproximou-se das instituições de cooperação alemã (GIZ) e de Luxemburgo (Lux - Dev), Com estas instituições de referência no sector, assinou um protocolo de parceria em Setembro de 2009. Também trabalham com uma lógica muito semelhante e sobretudo com modalidades de formação que incentivam a alternância e a aprendizagem hoje reconhecidas para assegurar uma melhor empregabilidade dos formandos.



Para a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) a sua estratégia faz parte e é suportada por um lado, pelas acções dos programas do Governo Federal alemão e por outro lado pelos ODM definidos pelas Nações Unidas . A lógica por detrás da intervenção da GIZ é de que o emprego e auto-emprego produtivo são as melhores armas para combater a pobreza.

Para isso, a formação profissional:

- ▶ utiliza os recursos das populações e empresas;;
- ▶ contribua para impulsionar a economia;
- ▶ ajuda as pessoas a desenvolverem suas habilidades e competências.

Durante a intervenção o GIZ :promove todas as associações público-privadas (PPA), estimula as metodologias inovadoras de ensino que integram diversas dimensões (competências técnicas e conhecimento social), contribui para o apoio da diversidade na oferta de educação e formação , combina a formação profissional com suportes específicos no domínio da política económica, o desenvolvimento do sector privado e/ou o desenvolvimento de sistemas financeiros. Assim, as pessoas que foram formadas têm mais oportunidades de encontrar um trabalho.



Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT - ILO), o seu objectivo fundamental é o de «promover o acesso de homens e mulheres a um trabalho digno e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana». A OIT fornece competências em diversos sectores, incluindo as de formação, nomeadamente nas áreas de « formação e a reabilitação profissional» como também as que ligam a formação à política de emprego e ao direito do trabalho. Contribua para desenvolver normas internacionais do trabalho que são instrumentos jurídicos que definem os princípios e os direitos mínimos para trabalhar. Trata-se ou de convenções, que são Tratados legais internacionais juridicamente constrangedores e que podem ser ratificados pelos Estados-Membros, ou então recomendações, que servem como princípios orientadores e que não são obrigatórios.

-
- ▶ **Autor** : *Jean Sébastien Canals*
 - ▶ **Contribuições**: *Jean Philippe Delgrange, Christophe Legay, Frédéric Barbotin, Pauline Mudry, Priscilla Dijoux, Ambroise le Moal, Agnès Ellouz Pires*
 - ▶ **Revisão da versão francesa** : *Dr Francis Baudet, Pierre Luc Vacher*
 - ▶ **Tradução para o português** : *Jean Sébastien Canals*
 - ▶ **Revisão da versão portuguesa** : *Etienne Anginot, Frédéric Barbotin,*
 - ▶ **Áreas geográficas** : *Brasil, Moçambique, Chade,*
 - ▶ **Domínio(s)** : *Jovens desfavorecidos, educação, formação profissional, inserção profissional, emprego, empresas, políticas públicas, abordagem de intervenção, métodos, ferramentas.*
 - ▶ **Maqueta**: *Jean Sébastien Canals, Andréa Seeling, Céleste Wallaert*
 - ▶ **Crédito fotos** : *ESSOR, JSC-Consulting*





Brésil
240, rua José Serrano Navarro, Castelo Branco II
CEP 58050 Joa Pessoa-Paraíba
tel +55 83 32 35 85 74 essor@essorbrasil.org

92, rue de la Reine Astrid,
59700 Marcq en Baroeul -FRANCE
+ tel 0320830415 essor.contact@free.fr

Mozambique
2651, rua de Coimbra
CP 4520 Maputo
tel: +258 21 41 98 57 - essormoz@tvcabo.co.mz